

**A LUTA DOS WAIMIRI-ATROARI NO CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO
AUTORITÁRIA DE GRANDES PROJETOS CAPITALISTAS EM PRESIDENTE
FIGUEIREDO (AM) DURANTE O REGIME MILITAR**

Leandro Barbosa de Freitas ¹

Paulo Marreiro dos Santos Júnior²

Resumo: O trabalho proposto é uma leitura da formação e do desenvolvimento de uma cidade localizada no interior do Estado do Amazonas chamada de Presidente Figueiredo e dos impactos e conflitos sociais daí decorrentes. O nome da cidade, que surge enquanto unidade política-administrativa em 1982, é uma clara homenagem ou referência a um dos presidentes militares que governou o país durante o regime de militar (1964-1985). O surgimento da cidade foi produto direto dos grandes projetos capitalista implantados pelos governos militares nesta parte da Amazônia, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. São exemplos desses projetos a construção da BR 174 que liga Manaus (AM) a Caracará (RR) e desta a Boa Vista (RR), da exploração mineradora na Vila de Pitinga e da Construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, todos os projetos citados estão localizados na área que se tornaria Presidente Figueiredo. O que todos esses grandes projetos têm em comum e interessam para o conhecimento histórico do regime militar em geral e da região em particular é que todos eles foram implantados de forma autoritária, típico de um regime de mesmo nome, ocasionando profundos conflitos que marcaram a história do povo originário daquela região, os Waimiri-Atroari, que sistematicamente foram sendo assassinados e expulsos de seus territórios originais para darem lugar a estes grandes projetos capitalistas. O trabalho, portanto, é uma leitura dessa realidade histórica, da mediação política do regime militar na implantação de medidas autoritárias para a formação da cidade como entreposto político para os grandes projetos capitalistas que provocaram profundas alterações negativas tanto para as populações que ali viviam quanto para o ambiente que essas populações habitavam. É importante observar o quanto governos ilegítimos alteram de forma irreversível a vida de pessoas que não estão nos grandes centros de decisões políticas, por outro lado, a resistência do povo Waimiri-Atroari nos faz também refletir sobre a importância da mobilização e das lutas contra decisões autoritárias e antidemocráticas.

Palavras-chave: Waimiri-Atroari. Regime civil-militar. Grandes empreendimentos. Resistência.

INTRODUÇÃO

A História é um campo do saber composto de muitas batalhas e lutas entre diversos atores e grupos sociais que evocam este ou aquele aspecto para se estabelecer no poder ou para lutar contra os poderes estabelecidos. Até hoje a produção historiográfica possui suas

¹ Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Instituto Federal do Amazonas – IFAM/CPRF, leandro.freitas@ifam.edu.br.

² Doutor em História Social, Instituto Federal do Amazonas – IFAM/CPRF, paulomarreiro@ifam.edu.br.

hegemonias e tendências dominantes, isso é claro, não impede outras abordagens dissonantes. Quando tratamos de locais historicamente marginalizadas, como é o caso da região Norte do país ou quando tratamos de grupos sociais também subvalorizados dentro dos discursos tradicionais da História, como é o caso das populações indígenas, há sempre que se fazer um esforço maior diante das dificuldades em se contrapor às tradições ideológicas arraigadas na memória coletiva contrárias às outras histórias e outros pontos de vista.

A história da região amazônica é claramente posta num segundo plano em comparação, por exemplo, à história do centro-sul ou até mesmo do Nordeste, isso pode ser entendido como um produto do desenvolvimento histórico regional desigual onde o Norte se constituiu como área economicamente secundária durante toda a História do Brasil, com talvez a única exceção do efêmero “ciclo da borracha”. Isso tem um peso grande no cotidiano educacional, por exemplo, quando professores do ensino básico tentam dar ênfase na história do Brasil ao protagonismo das populações indígenas, pois ainda hoje na cabeça de boa parte da sociedade brasileira, ao tratarmos da História do Brasil somos levados a dar destaque aos temas tradicionais onde o indígena e suas formas de vida, de cultura e organização se constituem como figuras de muito menor expressão. Assim, realidades históricas marcantes para um povo neste país multicultural acabam sendo grosseiramente soterradas e ignoradas.

Nesse trabalho tentaremos fazer um pequeno resgate dos antecedentes que marcaram a formação de uma cidade no final do regime militar chamada de Presidente Figueiredo, a hoje turística “terra das cachoeiras” esconde atrás de seu passado recente um rastro de sangue, suor e lágrimas derramados por trabalhadores, ribeirinhos e principalmente indígenas, que tiveram além de suas terras expropriadas e seu ambiente destruído, suas próprias vidas ceifadas. E para que? Para que grandes empreendimentos capitalistas e colonialistas penetrassem a região com o argumento de que era chegada a vez de ocupar este enorme “espaço vazio”, explorar os riquíssimos recursos naturais e conseqüentemente alavancar o crescimento econômico da região.

Como estamos falando dos anos de autoritarismo da História do Brasil, esse processo foi levado a cabo de forma totalmente violenta e antidemocrática. Falaremos a seguir de três grandes empreendimentos capitalistas que foram determinantes para a radical transformação de um território, seus recursos hídricos, minerais, sua fauna, flora e especialmente sua população. Durante os anos 60, 70 e 80, ou seja, na conjuntura militar, uma região próxima a

capital do Amazonas sofreu sucessivas investidas por parte do Estado, seus aparelhos e grupos empresariais para por em prática um grande projeto que visava ocupar e explorar esta região em detrimento do outro que ali se encontrava.

GRANDES PROJETOS CAPITALISTAS E A RESISTÊNCIA DOS WAIMIRI-ATROARI

A história da Amazônia em geral e do Amazonas em particular, desde a conquista e colonização pelos europeus foi marcada por um intenso e predatório processo de exploração dos recursos naturais e ao mesmo tempo por uma enorme desestruturação do modo de vida das populações atingidas por essas ações, especialmente as populações indígenas que tradicionalmente ocupavam a região. No período colonial, por exemplo, já temos as primeiras iniciativas nesse sentido com as atividades extrativistas das “drogas do sertão” onde se explorava em larga escala a mão de obra do indígena, principalmente através das ações missionárias.

Outro período também muito destacado na historiografia do Brasil localizado nas últimas décadas do Império no século XIX e nas primeiras da República foi caracterizado por uma atividade extrativista que também movimentou partes da Amazônia a partir da mesma lógica de exploração dos recursos e da mão de obra utilizada, era o chamado “ciclo da borracha”. Nesse período, também conhecido como *belle époque*, a borracha chegou a disputar com o café o topo da pauta de produtos exportados pelo país. Essas atividades econômicas foram realizadas a partir de uma intensa exploração da força de trabalho utilizada, sejam os indígenas como na época colonial, sejam os nordestinos fugindo da seca no ciclo da borracha, todas beneficiando determinados grupos em detrimento da exploração de outros.

Na segunda metade do século XX a partir de 1964 o Brasil começa a viver sob a tutela político-administrativa do regime Civil-Militar que vai ser caracterizado entre outras coisas por uma intensa perseguição política aos seus opositores, por uma brutal repressão policial, pela censura a diversos meios de comunicação e atividades artístico-culturais e outros tantos abusos cometidos contra a ordem democrática, contra as garantias e liberdades individuais.

Neste período os militares também começam a ter uma nova atitude diante da região amazônica, onde o governo passa a adentrar de forma mais sistemática no território, para isso

elaborou um discurso pautado na ação governamental que visava a integração nacional e o desenvolvimento econômico da região. Dentro desse quadro os militares e grupos empresariais passaram a propagar um discurso de que a região era um “enorme vazio demográfico” por um lado e que a mesma possuía um gigantesco potencial de exploração econômica por outro. Restava agora ao Estado abrir caminho para mudar tal situação.

Quando pensamos a respeito dessas duas estratégias políticas elaboradas e postas em práticas pelo governo de então há que se considerar a grande carga ideológica contida tanto na ideia de integração nacional quanto na de desenvolvimento econômico, pois, quando se fala em integração nacional nesse contexto e nesse território, está se falando na ação governamental para a integração da região mas também do indígena à dita sociedade nacional, sem seu consentimento e desconsiderando de saída que o Brasil é um território formado por diversas etnias que possuem sua própria historicidade e modos de vida.

Integrar o indígena, portanto, nesse contexto significava na prática expropriá-lo de seu modo de vida, seus costumes, tradições, seu território que lhes proporcionava há séculos sustento material e espiritual, portanto, como é característico de governos autoritários esse processo extremamente violento contra as populações indígenas foi realizado sem um diálogo real, ou seja, de forma arbitrária. Por outro lado os indígenas estariam sendo retirados do caminho da ação empresarial, responsável por impulsionar o desenvolvimento econômico a partir da exploração dos abundantes recursos naturais existentes em terras indígenas, portanto, temos que nos perguntar que desenvolvimento é esse e para quem ele interessava.

Para que essa realidade de vazio demográfico e baixo desenvolvimento econômico, segundo fala oficial, da Amazônia pudesse ser alterada, várias medidas foram sendo implementadas pelo governo militar na região. Parcerias foram feitas com governos estaduais e municipais para por em prática tal modelo autoritário de desenvolvimento.

Foram criados órgãos como a SUDAM, BASA, SUFRAMA e INCRA³, por meio dos quais seus burocratas e técnicos, movimentavam vultosos recursos e a ditadura militar misturava numa só política o projeto de desenvolvimento com as ideias de ocupação e integração (SOUZA, 2009, p. 329)

³ SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (1966). BASA: Banco da Amazônia (1966). SUFRAMA: Superintendência da Zona Franca de Manaus (1967). INCRA: Instituto acional de Colonização e Reforma Agrária (1970).

No Estado do Amazonas, outro grande projeto foi criado para atrair investimentos para o Estado, em especial para a capital, Manaus, que foi a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) a partir de um decreto presidencial de 1967 que logo criaria enormes expectativas para a geração de milhares de empregos e incharia a cidade de Manaus, aumentando entre outras coisas a demanda por mais energia e facilidades nos transportes. Para a ZFM vieram

Indústrias que tudo trouxeram de fora, da tecnologia ao capital majoritário, e que do Amazonas somente aproveitaram a mão de obra barata e os privilégios institucionais. (...). A promessa de 40 mil empregos não se cumpriu, mas ajudou a provocar uma explosão demográfica em Manaus. De aproximadamente 150 mil habitantes em 1968, a cidade pulou para 600 mil em 1975 (SOUZA, 2009, p. 337).

Uma das grandes preocupações do governo militar com a Amazônia para impulsionar o desenvolvimento econômico da região era o de resolver o problema da infraestrutura, principalmente com disponibilidade energética para a região, que deveria sustentar esse modelo de crescimento econômico. Para isso grandes obras começaram a ser realizadas em toda Amazônia, provocando uma radical transformação na realidade socioespacial a partir da construção de rodovias, hidrelétricas, mineradoras, etc. Os militares e seus braços econômico-financeiros empresariais não mediram esforços para tirar do caminho qualquer que seja, passaram por cima de floretas, rios, fauna, populações indígenas, para a efetivação de seus programas e empreendimentos.

Um desses grandes empreendimentos realizados pelo governo militar foi a construção da BR-174 que ligaria Manaus (AM) a Caracaraí (RR) e esta a Boa Vista (RR), totalizando cerca de 750 km. Porém existia um grande obstáculo para os militares realizarem esse empreendimento, esse território era ocupado desde tempos imemoriais por populações indígenas, especialmente os Waimiri-Atroari do ramo linguístico Karib, que viviam na região, segundo registros, desde pelo menos o século XIX. Considerados grandes guerreiros e ferrenhos defensores de seu território, os Waimiri-Atroari resistiram o quanto puderam às investidas do Estado, seus aparelhos e grupos econômicos.

Mas, como sabemos, a partir dos registros históricos, os militares estavam acostumados a lutar contra quem quer seja e onde quer estejam resistindo, e a BR começou a ser construída por volta de 1967. Após início dessas grandes obras em território Waimiri-

Atroari o que se viu foi uma verdadeira devastação de toda uma etnia que contava com cerca de 3 mil pessoas no início do Regime Militar e em cerca de 10 anos já contava com pouco mais de 300. Genocídio? Sim!

O Padre João Calleri, que em 1968 fez o primeiro levantamento a serviço da FUNAI, sobrevoando os rios Uatumã, Aborani e Alalaú os estimou em 3000. Número que se repetiu em pesquisa mais minuciosa de funcionários do mesmo órgão em 1972. Menos de dois anos após, sem notícia sobre alguma grave epidemia, a FUNAI já os estimava em menos de 1000. Em 1983 o pesquisador da UNB, Stephen Grant Baines, percorrendo todas as aldeias, contabilizou apenas 332 pessoas sobreviventes, das quais 216 eram crianças ou jovens com menos de 20 anos (COMITÊ, 2014, p.25).

A literatura especializada na história do período militar quando trata dos sujeitos que fizeram resistência ao regime militar, enfatiza diversos grupos que lutaram, resistiram, foram torturados, assassinados e sumiram, como os guerrilheiros da luta armada, os estudantes, membros da igreja católica, políticos reconhecidos, etc. Existe outro lado também dessa história de luta e resistência pouco contada que foi a resistência sistemática e até mesmo heroica de comunidades indígenas contra as investidas do governo federal com seus aparelhos de Estado como a FUNAI, o próprio Exército através do 8º Batalhão de Engenharia e Construção (8º BEC) e o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER-AM), que na tentativa de “pacificação”, atração e integração nacional dos Waimiri-Atroari, acabaram provocando uma gigantesca desestruturação de todo um povo com toda sua história, costumes, tradições e seu meio-ambiente.

Obviamente que como já foi mencionado, os Waimiri-Atroari são conhecidos por sua valentia e resistência a ocupação e destruição de seu território, portanto, eles reagiram de todas as formas possíveis no enfrentamento desses grandes empreendimentos em suas terras. Flechas, terçados, bordunas, ataques a postos e subpostos de atração da FUNAI, destruição de máquinas como tratores entre tantas outras formas de resistência foram utilizadas pelos Waimiri-Atroari como forma de manter seu território e seu modo de vida contra interesses estranhos e contrários aos seus.

Uma das primeiras tentativas organizadas por parte do Estado para a “pacificação” dos indígenas para que pudessem ceder à construção da BR foi a chamada Missão Padre Calleri. Um grupo de 6 pessoas liderados pelo Padre italiano João Caleri nomeado pela FUNAI, adentrou o território indígena em 1967 a fim de estabelecer contatos com o objetivo de tirá-

los do caminho da construção da BR. O resultado desta missão foi que todos os integrantes dela, com uma única exceção foram mortos, as circunstâncias até hoje são motivos de divergências, mas na época criou-se um enorme clamor popular para estigmatizar os indígenas principalmente pela mídia que mostrava os índios waimirii-atroari como verdadeiros assassinos, selvagens e violentos. E isso serviria para que o governo tivesse carta branca para enfrentar essa resistência.

A atuação do Estado pode perfeitamente ser caracterizada como uma atuação de cunho colonialista, bem nos moldes dos séculos passado onde o colonizador invade um território com seu profundo olhar etnocêntrico sobre a região e suas populações e sem qualquer diálogo e reflexão sobre o outro, impõe-se com suas armas e seus projetos colonizadores desconsiderando totalmente quem ele encontra pela frente. A própria resposta do Estado frente a resistência dos Waimiri-Atroari lembra o que de mais cruel existiu nas relações entre colonos e nativos séculos atrás, pois o Estado fez uso indiscriminado de armas de fogo, as epidemias de doenças como sarampo provocaram grandes mortalidades entre os waimiri-atroari sem que a FUNAI e o 6º BEC fizessem algo para cuidar destes doentes, muito pelo contrário, foram negligentes.

O governo autoritário tinha por objetivo a construção da Estrada, esse objetivo era inegociável, por outro lado, os Waimiri-Atroari tinham clara consciência de que tal empreendimento em suas terras era um ataque a seu povo, a seu território, a seu ambiente, a suas caças, a suas tradições e costumes. A estrada impactaria profundamente de modo negativo a vida dos indígenas, sobrava para eles a resistência, sobrava a luta. E o próprio poder público entendeu que os indígenas não cederiam, portanto, a militarização da área foi a alternativa efetivada pelo governo para conseguir seus objetivos. Vítimas apareceriam, como apareceram, obviamente do lado mais fraco militarmente falando, do lado dos indígenas. Pelo próprio discurso de pessoas ligadas ao governo como o sertanista da FUNAI, Sebastião Amâncio, podemos perceber o clima de guerra aberta contra os Waimiri-Atroari, segundo o sertanista a atração dos índios deveria ser feita a partir da “utilização de dinamite, granadas, bombas de gás lacrimogêneo, rajadas de metralhadoras, exílio para os chefes revoltosos e retomada dos presentes doados pela Funai aos Waimiri- troari [...]”(FILHO, 2015, p.78).

Após o início da construção da BR 174 outro grande empreendimento começou a ser realizado novamente em Terras Indígenas Waimiri-Atroari com a descoberta da chamada

Mina de Pitinga, agora inclusive já sendo esta terra oficialmente uma Reserva demarcada pelo Decreto do presidente Emílio Garrastazu Médici em 1971⁴. A reserva demarcada não respeitou os territórios tradicionalmente ocupados pelos Waimiri-Atroari, reduzindo a 1/5 seu território, ou seja, deixando de fora uma enorme área justamente a que seria local deste outro grande empreendimento realizado durante o Regime Militar, ligado a exploração mineral. Essa prática de reordenação das terras indígenas se tornou frequente desde então, para isso bastava que algum recurso natural pudesse ser explorado comercialmente, como aconteceu com a Mina de Pitinga. Filho, nos conta que

Na mina de Pitinga, que fica dentro dos limites do território tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari, é feita a lavra e o beneficiamento dos minérios de cassiterita e columbita, em plena Região Amazônica. A empresa implantou um complexo urbano industrial, de habitação, educação, saúde, energia e telecomunicações, fazendo de Pitinga um dos maiores projetos industriais do país. É evidente que esta contrapartida não seria possível se a exploração não fosse lucrativa (FILHO, 2015, p.109)

A Mineração Taboca do grupo Paranapanema fundada em 1969 se apresentou como a grande interessada nesse empreendimento dentro das terras indígenas para explorar essas riquezas existentes no local. E para que este empreendimento fosse efetivado houve novamente um acordo entre o poder público e seus aparelhos, como a FUNAI, e grandes empresários ligados à atividade mineradora. Novamente as ações do Estado foram feitas para conter a resistência dos indígenas que vinham sofrendo ataques sistemáticos a seus territórios e suas vidas.

De fato o que estava em jogo era uma política que visava conformar as terras indígenas aos planos de exploração e ocupação da Amazônia a qualquer custo. A própria instituição oficial indigenista que deveria proteger os indígenas, a FUNAI, era conivente e se tornou muitas vezes um meio de conseguir estes objetivos, assim como ela foi parceira do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) e do 8º Batalhão de Engenharia e Construção (8º BEC) para a construção da BR 174, ela também foi parceira de outro órgão estatal para a exploração mineral em terras indígenas, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), assim como será em seguida parceira da ELETRONORTE para a construção do último grande empreendimento em terras indígenas, a Usina Hidrelétrica de

⁴ Decreto nº 68.907, de 13 de julho de 1971.

Balbina, ou seja, em diversos momentos nesse período, a FUNAI atuou como agente desses interesses colonizadores das terras indígenas, principalmente autorizando ações através da concessão de alvarás e certidões negativas para estes grupos econômicos, construindo postos e subpostos de atração e pacificação nas áreas indígenas. Corrupção de agentes públicos em prol de interesses privados era uma realidade bastante comum neste período.

As ações do Estado brasileiro em territórios amazônicos se intensificaram bastante durante o regime militar como já foi falado, grandes obras e empreendimentos estavam sendo feitos para integrar esta região à economia e sociedade nacional, segundo discurso oficial. A famosa BR-230 ou Transamazônica que ligaria o Norte ao Nordeste do país era inaugurada em 1972 durante o governo Médici. Outro grande empreendimento da época e da região começava a ser construído também neste governo, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O grande crescimento econômico batizado de Milagre Econômico movimentava mundos e fundos Brasil a fora.

O Estado do Amazonas e sua capital Manaus também passam a figurar como espaços potenciais de desenvolvimento econômico da época até como forma de descentralizar as atividades e empreendimentos de vultos da região Norte muito concentrados em Belém. Dessa justificativa inclusive nasce o plano da implantação da Zona Franca de Manaus que como já foi mencionado seria uma Zona de incentivos fiscais para a implantação de atividades econômicas industriais, comerciais e agropecuárias que tinham como objetivo dinamizar a economia local e impulsionar o crescimento de Manaus.

Com a construção da Zona Franca no final dos anos 1960 um problema se impôs em termos de infraestrutura para que o projeto tivesse sucesso, o da produção de energia para atender a demanda enorme que este empreendimento precisava. Nos anos 1970 começaram os estudos e verificação de locais que pudessem servir para a construção futura de hidrelétricas, em 1975 foi criada a Eletronorte que ficaria a frente dessa questão como órgão do governo federal. No final dos anos 1970 já se tinha um plano traçado para a resolução da problemática energética para abastecimento da capital manauara, e novamente a terra indígena dos Waimiri-Atroari seria o fiel da balança. Suas terras que já vinham sendo alvos de grandes empreendimentos como a construção da BR-174 e da Mineração Taboca, agora sofria outro feroz e violento ataque com consequências até mais devastadoras ainda, que foi a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina.

Apesar de tentativas anteriores, o início de fato da construção desse empreendimento se deu a partir de 1981, já no último governo dos militares, que como obra de arte final nas terras Waimiri-Atroari criaram no ano seguinte o município de Presidente Figueiredo, o nome escolhido não poderia ser mais simbólico diante de todas as atrocidades cometidas pelos governos militares das décadas de 60, 70 e 80. O último presidente militar foi o escolhido para homenagear a cidade cujo território foi realizado estes três grandes empreendimentos⁵.

A UHE de Balbina foi um erro absoluto. Toda a literatura sobre o assunto condena veementemente tal empreendimento, da escolha do local, uma área muito plana e rasa o que dificultava a dinâmica da produção de energia, passando pelo enorme estrago ambiental e social, além do fator técnico, a usina foi considerada a pior hidrelétrica do Brasil em termos de custos e benefícios.

A Usina Hidrelétrica de Balbina foi, inicialmente, “Projetada para acabar com os problemas energéticos de Manaus, a Usina revelou-se desastrosa em todos os aspectos – técnico, financeiro, social e ecológico. Inundou 2.360 mil km² de floresta, sem qualquer aproveitamento [...]” (FILHO, 2015, p.133)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um claro choque de visão de mundo e sociedades nessa conjuntura exposta, de um lado os que acreditam que uma minoria de indígenas estariam no caminho do desenvolvimento econômico baseado na exploração dos recursos minerais, essa postura ideológica é essencialmente colonialista pois não considera que aquela terra não é um espaço vazio mas sim a terra-mãe de sociedades e grupos indígenas. Na prática o que o Estado, a FUNAI e o Exército fizeram ao longo do tempo foi reproduzir uma lógica de enfrentamento dos indígenas a fim de se apropriarem de suas terras para darem a grupos empresariais com a desculpa do desenvolvimento econômico. As ações desses agentes opressores causaram a mortandade das populações indígenas, que inclusive servia para alimentar o discurso do “vazio demográfico”, ora, como não diminuir as populações indígenas se se pratica uma

⁵ Ao que tudo indica o presidente João Batista Figueiredo não teria aceitado a homenagem, então o nome passa a homenagear oficialmente outro Figueiredo, João Batista Figueiredo Tenreiro Aranha, primeiro presidente da província do Amazonas em 1850.

política genocida de extermínio dessas populações com destruição do seu território, com bombas, armas de guerra, aviões, doenças e se utiliza de subterfúgios e conceitos ideológicos como integração e atração, mas que na realidade estão exterminando tais populações?

É importante que estas leituras históricas sobre realidades que ainda não possuem a devida importância para a compreensão de nossa formação, possam nos levar à reflexão do mundo que estamos construindo para que outros caminhos para a sociedade possam ser criados. Experiências autoritárias e etnocêntricas baseada em verdades ideologizadas, ou seja, mascaradas como representação adequada da sociedade e de seu bem estar, devem ser combatidas se quisermos outro mundo mais plural, onde as diferenças não sejam encaradas a partir de (pré) conceitos do século XIX.

REFERÊNCIAS

COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. **A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: por que kamña matou kiña?** Campinas: Curt Nimuendajú, 2014.

FÉLIX, Rodrigo de Oliveira. **Transformações socioespaciais no entorno do reservatório de Balbina – Presidente Figueiredo**. Manaus, 2016. 102fl. Dissertação. UFAM (Instituto de Ciências Humanas e Letras).

FILHO, Eduardo Gomes da Silva. **Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência Waimiri-Atroari (1964-2014)**. Manaus, 2015. 215fl. Dissertação. UFAM (Instituto de Ciências Humanas e Letras).

RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Vidas despedaçadas impactos socioambientais da construção da usina hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central**. Manaus, 2013. 182fl. Tese. UFAM (Instituto de Ciências Humanas e Letras).

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus, VALER, 2009.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **Reordenamento territorial e conflitos agrários em Presidente Figueiredo-Amazonas**. Manaus, 2012. 117fl. Dissertação. UFAM (Centro de Ciências do Ambiente).